

Recebimento: 29/03/2019
Aceite: 30/05/2019

O PAPEL DA COMUNICAÇÃO DE RISCO NA CONSTRUÇÃO DA GOVERNANÇA TERRITORIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO TERRITÓRIO SÃO MATEUS, MINAS GERAIS

THE ROLE OF RISK COMMUNICATION IN THE CONSTRUCTION OF TERRITORIAL GOVERNANCE: AN ANALYSIS BASED ON THE SÃO MATEUS TERRITORY, MINAS GERAIS

Filipe Fernandes de Sousa¹
Nathália Thaís Cosmo da Silva²
Douglas Mansur da Silva³
Reinaldo Duque Brasil Landulfo Teixeira⁴

Resumo

Visando contribuir para o debate sobre o enfoque territorial no Brasil, é objetivo deste artigo, analisar como os atores envolvidos na política interagem com os riscos locais, assim como desvelar as contribuições da literatura sobre comunicação e governança de riscos para a reconfiguração da política territorial, identificando o hiato existente entre a análise empírica e os debates acadêmicos. Por meio da análise documental e da revisão bibliográfica, evidenciou-se que os riscos pouco estiveram em pauta no Colegiado do Território São Mateus/MG, e portanto não houve ações contundentes direcionadas à lida com os riscos interpretados. Entretanto, sugere-se que política territorial se reveste de características importantes para promover a comunicação e respostas institucionais às incertezas e ameaças contemporâneas, ainda que seja nítida a necessidade de instituir mecanismos que as conduzam ao âmago das agendas dos territórios, e assim se construa um robusto sistema de governança de riscos.

Palavras-chaves: Sociedade de Risco; Governança de risco; Política Territorial.

Abstract

Aiming to contribute to the debate about the territorial approach in Brazil, the objective of this article is to analyze how the different political actors interact with local risks, as well as unearth the literary contributions on risk communication and governance to reconfigure territorial policy, resulting in the identification of the chasm between empirical analysis and academic debates. Through

¹ Doutorando em Extensão Rural (UFV), Viçosa, MG – Brasil. E-mail: filipe_fernandes08@yahoo.com.br

² Doutora em Engenharia Agroflorestral (Universidad de Santiago de Compostela, Espanha). Professora da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa – Brasil. E-mail: nathaliacosmo@ufv.br

³ Doutor em Antropologia Social (UFRJ). Professor da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa – Brasil. E-mail: douglas.mansur@ufv.br

⁴ Doutor em Botânica (UFV). Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG – Brasil. E-mail: reinaldo.duque@ufjf.edu.br

documentary analysis and literature review, it has become uncovered that the risks were rarely in the São Mateus/MG Territory Collegiate agenda, resulting in the lack of incisive actions to deal with the interpreted risks. However, it is suggested that territorial policy contain important characteristics that promote communication and institutional answers to contemporary threats and uncertainties, albeit palpable the need to institute mechanisms that conduct the keystone of the agendas of the territories, thus developing a robust system of risk governance.

Keywords: Risk society; Risk governance; Territorial policy.

Introdução

A discussão acadêmico-política da abordagem territorial emergiu no Brasil nos anos 1990 e se projetou como enfoque importante tanto para os estudos sobre desenvolvimento rural, quanto como modelo de intervenção do Estado na implementação de políticas públicas, nas décadas posteriores (ABRAMOVAY, 2006; FAVARETO, 2015; LOTTA; FAVARETO, 2016). Para os autores, essa abordagem busca apreender a pluralidade de atores, práticas e recursos, e suas relações mútuas dentro de determinado território, como conformadores dos processos de desenvolvimento rural.

Quando direcionada à implementação de políticas públicas pelo Estado, a adoção deste enfoque possibilitou lograr melhorias na vida da população rural brasileira, principalmente por promover acesso à renda e também por romper com o viés estritamente produtivista até então adotado nas políticas para a agricultura familiar (DELGADO; LEITE, 2015). Entretanto, alguns autores avaliam que, com o passar dos anos houve descompassos entre as dinâmicas institucionais e as necessidades dos territórios, ao transformar grande parte dos espaços de tomadas de decisões em colegiados de gestão de recursos financeiros e, assim, não conseguir absorver outras questões de relevância para as dinâmicas territoriais (FAVARETO, 2015; LOTTA; FAVARETO, 2016). Esses fatores contribuíram efetivamente para a descontinuidade do apoio do Estado à política nos anos recentes (IBID.).

Porém, embora se reconheça os desafios para a consolidação deste enfoque no país, algumas de suas principais características, como a intermunicipalidade, intersetorialidade e a permeabilidade de forças sociais (LOTTA; FAVARETO, 2016) o credencia como estratégia essencial para lidar com às recentes transformações que ocorrem no campo brasileiro, no tocante à mudanças demográficas, econômicas e ambientais (FAVARETO; BERDEGUÉ, 2018).

Especialmente ao que se refere às mudanças ambientais e aos seus efeitos, essas características inerentes ao enfoque territorial se apresentam como um potencial arcabouço institucional para promover respostas às crescentes crises e ameaças de natureza globalizada, intensificadas nos últimos anos. Esse arcabouço se posiciona em sintonia com as possibilidades de arranjos institucionais, para estabelecimento de mecanismos de respostas por parte do Estado às ameaças e incertezas presentes na dinâmica social (KASPERSON, 2001; RENN, 2008).

Por outro lado, incorporar os riscos aos processos perpassa necessariamente pelo estabelecimento de mecanismos que favoreçam a percepção e/ou interpretação dos riscos contemporâneos pelos atores envolvidos, por meio de um amplo processo comunicativo, de aprendizagem e interpretação (KASPERSON, 2001; RENN, 2008). Apenas após serem percebidos ou interpretados os riscos, é que poderão emergir comportamentos e respostas institucionais dentro das arenas de interação social (KASPERSON et al. 1988; KASPERSON, 2001, 2015). Portanto, a comunicação de risco se torna condicionante para a emergência dos riscos nas agendas territoriais e conseqüentemente para as tomadas de decisões para lidar com eles.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar como atores envolvidos na política territorial interagem com os riscos locais, bem como identificar um possível hiato entre a análise com base em material empírico e os debates acadêmicos. O artigo se propõe as seguintes questões de fundo: o que se pode aprender das interpretações e ações dos atores sociais diante dos riscos que interferem na reprodução dos seus meios de vida? Quais seriam os possíveis efeitos que uma concepção pluralística dos riscos - e a forma como são comunicados - para uma releitura do enfoque territorial?

O texto está organizado em quatro partes, além da conclusão. Na primeira, pretende-se realizar uma análise do marco referencial do enfoque territorial no Brasil, assim como algumas abordagens acadêmicas sobre riscos. Na segunda, são destacados os métodos que deram suporte à

elaboração do artigo. No terceiro, é realizado uma análise empírica em um território da cidadania, evidenciando a interpretação dos riscos e as ações práticas realizadas em decorrência desta interpretação. Por fim é realizada uma reflexão sobre a necessidade de incorporar a dimensão do risco nas agendas territoriais numa possível nova era de incentivo a essa política.

Abordagem territorial

A abordagem territorial surgiu no Brasil em meados dos anos 1990, como uma forma de territorializar as políticas públicas para o meio rural, a partir da exitosa experiência Europeia por meio do programa Ligações Entre Ações do Desenvolvimento da Economia Rural – Leader. Essa experiência tinha como eixo norteador a incorporação das dinâmicas e particularidades regionais nas políticas de desenvolvimento, em detrimento do viés setorial anteriormente adotado que beneficiava apenas ramos da economia (FAVARETO; BERDEGUÉ, 2018). Segundo os autores, desde a sua criação e implementação no Brasil essa abordagem esteve fortemente vinculada às reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento rural, que proporcionou análises teóricas e empíricas que contribuíram para o seu refinamento, por meio da incorporação de temas e reflexões sobre os entraves inerentes ao seu processo de consolidação.

Para os estudos sobre o desenvolvimento rural esse enfoque oferece as seguintes vantagens: a) o convite ao abandono do viés estritamente setorial; b) a incidência sobre a conflituosa relação entre crescimento econômico e os processos de desenvolvimento; c) valorização dos estudos empíricos dos atores e suas organizações, para compreender as dinâmicas locais, e; d) a ênfase nas formas de uso dos recursos disponíveis, visando compreender as relações sociais e ecológicas da sociedade (ABRAMOVAY, 2006).

Por outro lado, a noção de território como marco nas políticas públicas brasileiras é estabelecida no ano de 1996 com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (DELGADO; LEITE, 2015). Ainda que com ênfase nas atividades agropecuárias, o PRONAF passou a reconhecer a heterogeneidade da agricultura familiar e o desenvolvimento local como foco de investimento, ampliando dessa forma a concepção de desenvolvimento rural. Entretanto é a partir de 2003, por meio da criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT que esse enfoque ganha força, e através da qual é instituído no ano de 2008 o programa Territórios da Cidadania (IBID.).

Segundo Lotta e Favareto (2016), a noção de território enquanto abordagem de intervenção adotada pelo Estado está associada à necessidade de encampar algumas dimensões da vida social. Três dimensões são enfatizadas: a intermunicipalidade, da qual se espera uma ampliação da escala geográfica; a intersectorialidade, a fim de articular a diversidade de interesses das forças sociais locais, e; a permeabilidade das forças sociais, a fim de potencializá-las como forma de planejamento e gestão.

Diversos avanços sociais foram alcançados a partir desta perspectiva no Brasil, principalmente a incidência sobre problemas estruturais nas comunidades interioranas, em especial sobre a redução da pobreza (LOTTA; FAVARETO, 2016). Entretanto, conforme afirma Favareto (2015), com o passar dos anos a política se desintegrou, e uma das causas que conduziu a tal efeito foi a incapacidade dos Colegiados Territoriais⁵ de incorporarem novos elementos ou problemáticas relacionadas ao processo de desenvolvimento dos territórios, pois houve continuidade da sua representação enquanto um espaço angariador de recursos e investimentos públicos. Pode-se entrever, portanto, que entre essas problemáticas alijadas da agenda territorial, a crescente crise ambiental esteve negligenciada, ao passo em que se tornava tema de reflexão acadêmica e política ao longo dos anos, estando no cerne dos intensos debates nessas duas esferas da sociedade.

Sociedade de risco

A Teoria da Sociedade de Risco, foi elaborada pelo sociólogo alemão Ulrich Beck, e posteriormente incorporada aos escritos do sociólogo britânico Anthony Giddens. Beck (2010) atribui ao funcionamento da sociedade moderna, riscos inerentes à própria dinâmica do sistema que

⁵ Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (2009, p. 5), “O Colegiado Territorial tem entre as suas atribuições a definição, a orientação, a negociação e o acordo entre as partes envolvidas na implementação de iniciativas e políticas públicas para o desenvolvimento rural do território”.

podem atingir a todos independente de classes ou estratos sociais, inclusive os causadores das ameaças, processo que ele denomina de efeito “bumerangue”. Isso significa que devido à amplitude do impacto social desses riscos ninguém está seguro, nem mesmo os responsáveis por seu surgimento, que inevitavelmente serão afetados pelos próprios riscos criados.

Para Giddens (2002), os riscos na era moderna se diferenciam dos riscos pré-modernos, principalmente pela causa associada a cada um deles. Para o autor, os riscos da sociedade pré-moderna geralmente estavam relacionados a causas naturais, diferentemente dos modernos, que passam a ser uma construção social e a entrar nos cálculos de previsibilidade de perigos, ou seja, os indivíduos além de os decodificarem, também podem exercer algum tipo de controle sobre eles.

Além disso, deve-se salientar que a ação antrópica nos espaços rurais e urbanos, como também o desenvolvimento de tecnologias e infraestruturas desempenham um papel importante na construção de riscos. Algumas medidas de previsibilidade de perigos se dão em detrimentos de vulnerabilidades que são construídas pela própria sociedade.

Cabe destacar que para Beck (2010), a distribuição de riscos embora seja alheia aos extratos sociais, pode em determinados casos acompanhar uma lógica distributiva, atingindo inicialmente e com mais intensidade os mais vulneráveis socioeconomicamente. Nesse contexto, as capacidades e possibilidades de ação frente aos riscos podem ser determinadas pela desigualdade presente na sociedade, principalmente em relação à renda e educação. Isso significa que os indivíduos com alto grau de educação e renda poderão adotar medidas que façam postergar os efeitos dos riscos sobre si, diferentemente de seus opostos, que irão dispor de poucas possibilidades para ação frente aos riscos, devido as barreiras socioeconômicas impostas.

Segundo Beck (2010), as ameaças projetadas para o futuro passam a interferir nas dinâmicas do presente. “O passado deixa de ter força determinante em relação ao presente. Em seu lugar, entra o futuro, algo todavia inexistente, construído e fictício como “causa” da vivência e da atuação presente” (BECK, 2010, p. 12). Em outras palavras, o aumento das incertezas e a necessidade de geri-las configura a emergência da ordem social moderna. O caráter contrafactual do risco torna-se então um indutor das ações da sociedade, ações que podem significar proatividade em função dos perigos percebidos e pelas possibilidades de mitigação, ou de inércia, tendo em vista os cálculos envolvidos na probabilidade de acontecimentos dos fatos na análise de risco.

Portanto, a reflexividade (no sentido de reflexão) presente na sociedade, pode conduzir os indivíduos a elaborarem diferentes maneiras de convívio com o perigo. Por serem socialmente construídos, os riscos também serão percebidos de diferentes formas, e conseqüentemente os mecanismos para lidar com eles poderão ser distintos. Dessa forma, existe a necessidade de conhecer as perspectivas, valores e visões de mundo dos atores sociais a fim de que políticas sejam igualmente socialmente construídas e compatíveis com as suas especificidades e interpretações.

A amplificação social dos riscos

As experiências de riscos permeiam várias esferas individuais e sociais, em que a interação que ocorre entre os fatores culturais, sociais e psicológicos, associados aos eventos de riscos, incidem sobre a percepção pública e conseqüentemente sobre os comportamentos a eles associados (KASPERSON et al. 1988). É com base nessa interação que se desenvolve o conceito de amplificação social dos riscos.

Segundo seus construtores, a amplificação social do risco envolve duas etapas: a transferência de informação e os mecanismos de respostas que são criados pela sociedade a partir do processo comunicativo (KASPERSON et al. 1988; RENN, 2008). Dessa forma, esses processos estabelecidos pelos indivíduos e grupos sociais exercem grande influência sobre as experiências, por meio dos quais são adquiridas ou criadas as interpretações e os enquadramentos dos riscos. Por seu turno, os comportamentos resultantes das interpretações criadas serão responsáveis por gerar conseqüências sociais e/ou econômicas, assim como influenciar diretamente no aumento ou atenuação do próprio risco (KASPERSON et al. 1988; KASPERSON, 2001, 2015; RENN, 2008).

Considerando a interação entre os eventos de risco e os processos sociais, o risco então só será interpretado como tal na medida em que estiver associado ao pensamento dos indivíduos em relação ao mundo e ao conjunto de suas relações sociais, fazendo com que a sua natureza ou magnitude seja condicionada pelo processo comunicativo e pelo tipo de comportamento associado à experiência com eles (KASPERSON et al. 1988; KASPERSON 2001, 2015). Dessa forma, a

experiência de risco não é limitada apenas àquelas relacionadas ao dano físico, mas é o resultado de um amplo processo de aprendizagem e de criação de interpretações (RENN, 2008). Assim, depreende-se que o fluxo e os atributos das informações transmitidas nos processos comunicativos exercerão grande influência sob esses processos de aprendizagem, e conseqüentemente nas formas como os riscos serão analisados pelo grupo social.

Conforme afirma Renn (2008) os riscos podem ser aumentados ou atenuados a partir das interações sociais estabelecidas, ou seja, a percepção é fortemente influenciada pela sociabilidade, e as respostas ou comportamentos dos indivíduos também serão por ela condicionados. Dessa forma, a amplificação social certamente irá refletir nas mais variadas respostas individuais e institucionais para lidar com os riscos.

Nesse contexto, os espaços de discussões ou arenas sociais institucionalizados por meio de políticas públicas podem se apresentar como potencializadores dos processos comunicativos e conseqüentemente das experiências de riscos, influenciando assim a amplificação social e as tomadas de decisões frente às ameaças percebidas. Dessa forma, por meio dessas experiências, ações coletivas ou individuais poderão ser projetadas a fim de contribuir para enfrentamento dos riscos associados ao funcionamento da sociedade moderna.

Metodologia

Essa pesquisa possui caráter essencialmente qualitativo, por “preocupar-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano [e fornecer] análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, etc.” (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 269). Com base nos referidos autores, considera-se que essa pesquisa possui natureza exploratória-descritiva, na qual foram utilizadas as técnicas de pesquisa da revisão bibliográfica e da análise documental a partir de fontes primárias e secundárias.

Para a análise documental foram levantados 11 documentos, correspondentes às oito atas das plenárias⁶ do Colegiado Territorial, duas atas de eventos planejados por esse órgão, e um relatório produzido pelo Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial – NEDET do território São Mateus⁷. As atas englobam todas as plenárias do colegiado e dos principais eventos que ocorreram no território durante a atuação do NEDET, de julho de 2014 a dezembro de 2016.

As plenárias ocorreram em junho e novembro de 2014, março, abril, junho e dezembro de 2015 e abril e junho de 2016. Os eventos foram; o I Encontro dos Conselheiros dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CMDRSS, ocorrido em abril de 2016 e; a Conferência Regional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, ocorrida em fevereiro de 2016. O relatório analisado foi elaborado pela equipe do NEDET, no segundo semestre de 2014, com intuito de possibilitar à equipe aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas ocorridas no território que antecederam a chegada do núcleo.

A análise do conteúdo dos materiais foi realizada em três fases que se organizam de forma cronológica (a pré-análise, a exploração do material e a inferência/interpretação dos dados) conforme preconizado por Bardin (2011). Para a pré-análise – a fase de organização –, os documentos foram selecionados, lidos exaustivamente, mapeadas as discussões sobre os riscos e delineadas as regras para a fase de análise seguinte, a exploração do material.

A exploração se deu a partir da divisão dos elementos analisados em categorias, classificados através da similaridade semântica (BARDIN, 2011). Dessa forma duas categorias temáticas foram originadas: a) os riscos interpretados, e; b) os mecanismos de respostas frente a esses riscos.

As unidades de registro da categoria riscos interpretados dizem respeito à quais os fenômenos/práticas foram indicados como preocupações para o futuro, os sinais percebidos, que correspondem a sintomas relacionados aos riscos interpretados, e às conseqüências projetadas para o futuro. Para as unidades de registro da categoria mecanismos de respostas fizeram parte as ações

⁶ A plenária é um órgão do Colegiado de Desenvolvimento Territorial – CODETER, a quem compete todas as decisões estratégicas referentes aos processos de desenvolvimento do território.

⁷ Segundo o MDA (2015), o Território Rural São Mateus - MG está localizado na região Sudeste e é composto por 11 municípios: Central de Minas, Cuparaque, Divino das Laranjeiras, Goiabeira, Itabirinha, Mantena, Mendes Pimentel, Nova Belém, Nova Módica, São Félix de Minas e São João do Manteninha.

deliberadas pela plenária para enfretamentos dos riscos, os projetos existentes e os anseios identificados frente aos riscos.

Em consequência foi realizada a última etapa, a inferência e interpretação do conteúdo a partir do referencial teórico, para embasar e dar sentido aos achados na análise. Salienta-se que não foi possível realizar a triangulação dos dados encontrados com outras fontes, devido à coleta de dados ter sido realizada exclusivamente por meio de documentos, portanto distante da confrontação com outras evidências empíricas.

Riscos no território São Mateus

A Interpretação dos riscos

As questões associadas aos riscos não estiveram efetivamente presentes nas agendas das plenárias do colegiado territorial. Percebe-se que as maiores preocupações foram externalizadas em outros espaços de diálogo organizados por esse colegiado com apoio da equipe técnica do NEDET, como encontro de CMDRS, da conferência de ATER, e também no relatório elaborado a partir das entrevistas realizadas junto aos membros do colegiado.

Os riscos associados às mudanças climáticas, desmatamento e aos agrotóxicos foram percebidos nos eventos promovidos pelo colegiado territorial (Quadro 1). A mudança climática e o desmatamento foram citados uma e três vezes, respectivamente, além dos agrotóxicos que foram citados duas vezes. Aspecto importante é que esses riscos foram percebidos pelos agricultores familiares e não por indivíduos envolvidos em outros segmentos, assinalando as experiências individuais com os riscos.

Quadro 1: Interpretações dos riscos pelos membros do colegiado territorial do Território São Mateus/MG.

Riscos	Sinais	Consequências
Mudanças climáticas (falta de chuva)	Crise hídrica	Abandono da agricultura
Desmatamento		
Agrotóxicos	NI	NI

NI = Não identificado por meio da análise documental.

Fonte: Elaborado pelos autores

Para esses agricultores, tanto as mudanças climáticas quanto o desmatamento são as causas das baixas precipitações ocorridas nos últimos anos, e consequentemente responsáveis pela crise hídrica experimentada no território. Em um encontro promovido visando à reorganização dos CMDRS, um agricultor expõe sua indignação em relação às ações antrópicas coordenadas por uma prefeitura em épocas passadas, que para ele foram responsáveis por acelerar o desmatamento na região e serviram para agravar a crise hídrica. Na narrativa do agricultor, em determinada área do município

[...] Não tinha como andar de tanta madeira que tinha depositada nessa área. Para que aquele tanto de tora? Ainda deram um brinquedo para as crianças. Isso lembra o tamanho da destruição, sendo que a água naquela época era um brinquedo e hoje vivemos essa crise hídrica.

Com efeito, nota-se a percepção de consequências de atos passados que poderiam ter sido evitados, mas que por desprezo da gestão pública ou pela crença de inesgotabilidade do recurso natural, não priorizou-se a preservação da vegetação em detrimento da sua exploração. Por meio da narrativa, percebe-se que outrora havia superabundância de água, utilizada para diversos fins, diferentemente da situação atual onde predomina a escassez.

Para além dos efeitos negativos ao ambiente, outra importante constatação está relacionada à influência da crise hídrica enquanto condicionante de transformações socioeconômicas relevantes para a dinâmica do território. Conforme consta no relatório elaborado pelo NEDET, a narrativa de um agricultor, para além da preocupação com a baixa pluviosidade, põe em pauta o futuro das atividades agrícolas no território, fazendo emergir um novo risco, qual seja o abandono das atividades agropecuárias pelos agricultores:

[...] Ele declara ainda que as baixas precipitações têm contribuído para o desânimo dos agricultores locais em continuar com a atividade, fazendo com que resolvam abandonar a agricultura. Para ele, de uns 5 anos pra cá, a situação tem piorado bastante (ele mesmo diz ter perdido todo o cultivo de feijão devido à falta de chuva).

Portanto, a escassez hídrica é responsável por promover mudanças significativas na dinâmica socioeconômica regional, impacta diretamente as fontes de renda dos agricultores familiares e conseqüentemente desestimula as novas gerações a prosseguirem com as atividades agropecuárias. São impactos relevantes para as presentes e futuras gerações. Conforme citado em outros trechos do relatório técnico, o agricultor cita que devido à falta de chuvas “a aposentadoria tem sido a principal responsável pelo movimento de recursos financeiros e do comércio municipal”, e “que os jovens não querem continuar com o trabalho na roça dos pais e, devido à falta de alternativas, acabam sendo sustentados pelas aposentadorias”. Dessa forma, se não há cultivos/colheitas de produtos agrícolas, a principal alternativa acessada pelas famílias para superar os limites econômicos causados pela escassez hídrica é a aposentadoria.

Em relação ao outro risco interpretado, no relatório do encontro de CMDRS encontra-se uma menção à expectativa de um agricultor “de que fosse promovido debate sobre o uso de agrotóxicos”. Entretanto, os documentos analisados não mostraram pistas de que o debate tenha se concretizado ao longo do encontro. Porém, na Conferência de ATER os agrotóxicos estiveram em pauta, e em função dos debates ocorridos elaborou-se a proposta de “criação do programa estadual de redução de agrotóxicos em conjunto com um fundo de investimento governamental para o fortalecimento da agricultura familiar agroecológica”. Não houve, sobre esse risco, outros elementos que permitissem compreender e mensurar com maior precisão a sua influência nos meios de vida dos atores presentes nestes espaços.

Ao considerarmos que os riscos estiveram presentes exclusivamente nas narrativas dos agricultores familiares, e levando em consideração que no país é nesse segmento que se concentra a maior parte dos indivíduos mais fragilizados socioeconomicamente, evidencia-se uma importante distribuição social dos riscos (BECK, 2010). As conseqüências das mudanças ambientais, de caráter natural ou antrópico, são sentidas primeiramente por um estrato social mais fragilizado, que depende diretamente dos recursos em processo de escassez, a exemplo da água, para a reprodução socioeconômica.

Os acontecimentos observados evidenciam que para os agricultores familiares, existem fatos concretos que podem sinalizar catástrofes de maiores amplitudes, caso as preocupações não se materializem em tomadas de decisões. A escassez hídrica intensificou o alerta dos agricultores familiares sobre as possíveis conseqüências do desequilíbrio ambiental, e essa incerteza provavelmente continuará exercendo grande influência no planejamento das ações à longo prazo.

Por outro lado, as interpretações dos riscos observados especialmente pelos agricultores familiares, evidenciam como diferentes atores a partir das suas experiências pessoais constroem diferentes percepções, e comportamentos distintos diante deles (KASPERSON et al. 1988; KASPERSON, 2001; RENN, 2008). Os eventos de riscos expostos pelos agricultores foram percebidos por meio de experiências pessoais, a partir da interação entre esses eventos e os fatores socioculturais específicos (KASPERSON, et al. 1988; KASPERSON, 2015). As conseqüências negativas percebidas em seus meios de vida, certamente contribuíram para o aumento da atenção dispensada a esses riscos e da dramaticidade contida na mensagem transmitida aos outros receptores (IBID.). Entretanto, pode se afirmar que o processo de interação social no contexto analisado, não foi capaz de aumentar a preocupação dos demais atores para os riscos percebidos pelos agricultores, de forma que esses riscos podem ter sido atenuados pelo processo comunicativo (KASPERSON, 2001).

Mas, há de se considerar que a integração de diversos atores nos espaços de interação social possibilitados pela política territorial, permitiu que os agricultores se comportassem como amplificadores sociais dos riscos (KASPERSON et al. 1988; KASPERSON, 2001, 2015), ao socializar os acontecimentos e as ameaças para um público mais amplo, proporcionando novas experiências de riscos. Ao promover a socialização dentro dessas arenas específicas através de mensagens, as informações chegarão à novos receptores e conseqüentemente influenciarão as respostas públicas aos riscos, gerando efeitos secundários (IBID.). Portanto, as reações individuais e dos grupos frente aos riscos dentro dessas arenas sociais, desencadeadas pela interpretação desses riscos, são essenciais para promover a construção de respostas institucionais de relacionamento com eles

(RENN, 2008). Todavia, conforme será detalhado no tópico posterior, as preocupações presentes nas narrativas dos agricultores não foram suficientes para estimular a elaboração de respostas institucionais para enfrentamento dos riscos percebidos.

Comportamentos e mecanismos de respostas associados aos riscos

A análise documental não evidenciou nenhuma menção à construção de ações no âmbito do colegiado territorial, que correspondesse a algum tipo de estratégia para relacionamento com os riscos interpretados, e que pudesse ser enquadrada como uma resposta institucional. Apenas uma iniciativa foi citada, mas não efetivada, referente a um período que antecedeu a intervenção do NEDET no território, conforme demonstrado a seguir.

Conforme consta em ata, um membro relata que em reunião ocorrida em 2015, na qual a pauta era o edital do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, modalidade Infraestrutura - PROINF, foram discutidas diversas propostas de projetos que poderiam ser executados no território, sendo eleita a estruturação de um viveiro para produção de mudas nativas em determinado município, a fim de recompor as matas do território. Entretanto, “após verificação com a equipe de planejamento foi constatado que a proposta não era de acordo com o termo de referência do edital”. Esse fato desvela o desajuste entre alguns anseios do território e a burocracia da política, que neste caso impossibilitou o engajamento coletivo para incidir sobre os riscos percebidos.

Ainda que efetivamente não se tenha registro de deliberações no âmbito do colegiado, observou-se nos encontros promovidos por esse órgão, necessidades eminentes enfatizadas pelos membros e também a divulgação de ações isoladas, através de iniciativas locais, para enfrentamento das ameaças e incertezas (Quadro 2).

Quadro 2: Mecanismos de respostas aos riscos, divulgados nos eventos promovidos pelo colegiado territorial do Território São Mateus/MG.

Necessidades		Ações isoladas
Capacitações	Modificação dos Instrumentos Normativos	Iniciativas locais
Meio ambiente	Reelaboração do Zoneamento agrícola	Recuperação de nascentes
Água	Implementar outorgas de água	Distribuição de cisternas

Fonte: Elaborado pelos autores

Os anseios desses atores foram direcionados tanto às capacitações dos membros do colegiado territorial para as questões ambientais, a fim de aumentar a sensibilidade desses atores para as mudanças eminentes, quanto para a modificação dos instrumentos normativos que regulamentam o uso dos bens e recursos naturais. Em adição, também identificaram-se as iniciativas locais – ações executadas pelos municípios de forma isolada ou em parceria com organizações locais – para lidar com os riscos interpretados. Essas ações são pormenorizadas nos tópicos subsequentes.

Capacitações

Conforme destacado, no encontro de CMDRS percebeu-se a necessidade de promover ações para capacitação dos diversos membros do colegiado territorial, direcionada a duas temáticas, que são essencialmente complementares. A primeira, direcionada às capacitações sobre o meio ambiente em seu amplo sentido, por meio de palestras de “diferentes profissionais, que ajudem a enxergar outros pontos de vistas, tais como representantes do meio ambiente, do Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e deputados”. A segunda seria promover as capacitações específicas sobre a temática da água, mas que estaria condicionada à captação de recursos financeiros para possibilitar a presença de profissionais do setor. Entretanto, os documentos analisados não permitiram confirmar a realização dessas capacitações.

Modificação dos Instrumentos normativos

A análise da ata da Conferência de ATER evidenciou a preocupação de alguns atores em promover a modificação dos instrumentos normativos que regulamentam o uso dos recursos naturais, em especial a água. Diante disso, algumas propostas foram elaboradas a fim de sugerir aos governos estadual e municipal, caminhos para as tomadas de decisões.

A primeira direcionou-se à reelaboração do zoneamento agrícola regional, para que contemple o atual contexto socioambiental. Conforme consta em um trecho do relatório, “devido as características climáticas do território São Mateus semelhantes a do semiárido é pertinente criar o zoneamento agrícola adequado para a região, considerando a diversidade da produção da agricultura familiar”. Além disso, a proposta formulada reivindica a implementação de políticas direcionadas para a região que atente para essa nova realidade e possibilite o acesso às tecnologias sociais de convivência com a seca no território.

A segunda proposta, demonstrou o interesse em “incentivar a implementação de outorgas para reduzir o uso indiscriminado dos recursos hídricos”. Essa proposta se relaciona diretamente com a necessidade de elevar o rigor dos instrumentos vigentes, por meio da regulação do uso da água em função da escassez enfrentada pela população. Em síntese, as outorgas funcionam como mecanismo de identificação dos agricultores que precisam ou não pagar taxas pelo uso, em função da quantidade de água utilizada nas unidades produtivas. É um instrumento de regulação para uso indiscriminado desse bem comum.

Iniciativas locais

As iniciativas locais identificadas estiveram relacionadas especificamente às ações de recuperação das nascentes de água e distribuição de cisternas, para diminuição dos impactos e adaptação aos problemas percebidos. Foi possível identificar a existência de programas direcionados à esses fins em três municípios do território.

Sobre a recuperação de nascentes, de acordo com o relato de um membro da prefeitura e de um agente extensionista de determinado município, constado no relatório do NEDET, o programa é executado em parceria entre a prefeitura, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER e o Instituto Estadual de Florestas – IEF. Em um segundo município, de acordo com o membro da prefeitura “foi distribuído mourão, arame, muda, formicida” e realizado o cadastramento das unidades dos agricultores familiares, e que há uma busca ativa dos agricultores familiares sobre esse programa, gerando intensa demanda sobre o órgão estadual.

Outra iniciativa identificada foi a inserção de um único município no programa “água para todos” do governo federal (decreto nº7.535/2011), que possibilitou a distribuição de cisternas para captação e armazenamento de água para diversas famílias da zona rural, a fim de aliviar os sintomas da escassez hídrica. Embora essa tenha sido uma ação isolada em termos de municipalidades, se reporta a uma iniciativa de ação integrada entre diversos níveis da administração pública.

A análise do comportamento dos diversos atores frente aos riscos percebidos, conforme destacado outrora, permitiu identificar que efetivamente não houve a elaboração de estratégias por parte do colegiado territorial que pudesse ser enquadrada como uma resposta institucional para enfrentamento das incertezas e ameaças. Com base nesse achado e conforme explica Kasperson et al. (1988), pode-se afirmar que os sinais foram percebidos, as informações processadas e transmitidas, mas os receptores no âmbito do colegiado atenuaram os riscos. Consequentemente não foram formuladas as intenções comportamentais para a tomada de decisões para o enfrentamento dos riscos.

Por outro lado, entre os participantes dos eventos realizados pelo conselho, houve a divulgação de ações ou comportamentos que foram induzidos por essas incertezas e ameaças. Esses comportamentos possuem características que podem ser enquadradas de duas formas: uma reativa e outra proativa. Conforme observado, o comportamento reativo emergiu em função dos sinais de mudanças ambientais já experimentados, como a crise hídrica, que é atribuída a um risco de maior magnitude, a escassez total desse recurso. Nele se enquadram as ações de recuperação de nascentes e das mudanças dos mecanismos regulatórios ao uso dos recursos hídricos. Por outro lado, a ação proativa, como a distribuição de cisternas para melhor aproveitamento da água também emergiu em função dos efeitos dos desequilíbrios ambientais, mas que ocorreu principalmente como uma forma de mitigação dos danos.

É importante destacar que, embora a modificação dos mecanismos regulatórios possam se comportar como uma importante medida preventiva ao uso indiscriminado dos recursos hídricos, sua desvinculação de um efetivo processo comunicativo e de educação de risco, pode acabar transformando-a em ação inefetiva, por desconsiderar os fatores sociais que conformam a percepção ou a identificação dos riscos. Fato que exige maior atenção dos tomadores de decisões no planejamento das ações futuras.

Não obstante, é evidente o anseio dos atores por acesso à mecanismos adaptativos que os auxiliem a conviver com os riscos contemporâneos. Os mecanismos acessados atualmente são provenientes de programas governamentais existentes e não de estratégias construídas coletivamente. É nítido que a ausência de estratégias territoriais, a partir da realidade local, induz os participantes a buscarem apoios externos, os quais geralmente advêm de outros indivíduos portadores de conhecimento sobre os distintos problemas interpretados. Há uma forte confiança nos *sistemas peritos*⁸ (GIDDENS, 2002), que emergem diante da dinamicidade e complexidade da sociedade, impossibilitando os indivíduos de acessarem e/ou possuírem conhecimento técnico sobre todas as coisas que os cercam.

Nesse contexto, ainda que os sistemas peritos sejam considerados importantes na construção de mecanismos adaptativos ou de minimização dos riscos, é preciso abolir o modelo de racionalidade não ambígua, forjado na universalidade da hegemonia dos saberes científicos (BECK, 1995). Como bem enfatiza o autor, é preciso desmonopolizar a especialização, abrir os círculos de discursos para além dos especialistas, abrir as estruturas de tomada de decisão e não apenas repassá-las, ampliar os debates para abarcar a pluralidade de saberes.

Conforme afirmam Kaspersen et al. (1988) e Kaspersen (2001), é fazendo com que essas questões adentrem na agenda política e dos grupos sociais, envolvendo as diversas visões de mundo e suas racionalidades que serão construídos os mecanismos de resposta. É neste contexto que a abordagem territorial se aponta como um importante arranjo institucional, tanto para promover o processo de amplificação social de risco (KASPERSON et al. 1988; KASPERSON, 2001; RENN, 2008) como uma arena para promoção da governança das ameaças e incertezas que incidem sobre os comportamentos dos indivíduos e grupos no território nacional, em especial da população do rural brasileiro.

Governança de riscos: apontamentos para a abordagem territorial

Conforme apontam Giddens e Sutton (2017, p. 99), “gerenciar os riscos será um aspecto fundamental da nova ordem mundial”, em função dos riscos que emergem a partir do próprio funcionamento desse sistema. A lógica argumentativa adotada pelos autores está estritamente vinculada ao caráter transfronteiriço dos riscos contemporâneos, que rompem os limites geográficos e atinge a todos indistintamente, tornando qualquer lugar inseguro (BECK, 2010).

Partindo desse pressuposto, Giddens e Sutton (2017) destacam que os acordos transnacionais, a exemplo do protocolo de Kyoto, provavelmente deverão se tornar mais comuns nas próximas décadas, para que os riscos sejam de alguma forma influenciados. Entretanto, os fatos contemporâneos nos revelam uma regressão frente a essa perspectiva, tendo em vista as incertezas contidas nos processos de construção de governança em nível mundial, em que líderes de grandes países se recusam a aderir a tais protocolos, vide os Estados Unidos no acordo de Paris. Porém, ao passo em que enfatizam a importância dos acordos intergovernamentais, tanto Beck quanto Giddens também prescrevem uma ampla e radical democratização, uma total abertura para a participação pública em processos transparentes para enfrentamento dos riscos, conforme observado por Cable (2017). Ou seja, propõem a criação de um amplo e robusto sistema de governança de risco.

Nesse contexto, governança de risco pode ser então compreendida como o conjunto de atores, instituições, regras, processos e mecanismos por meio dos quais as informações de riscos são coletadas, analisadas, comunicadas, e em que as decisões são tomadas para o enfrentamento dos riscos (VAN ASSELT; RENN, 2005). Um amplo processo analítico-deliberativo, de tomada de decisão coletiva, por meio da atribuição de responsabilidades aos atores envolvidos no processo (ROSA et al. 2005 *apud* CABLE, 2017).

⁸ Para Giddens são “os sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (2002, p. 37-38).

Nessa direção, a construção da governança baseada na interação e aglutinação de forças sociais para lidar com os riscos, estão em sintonia com os aportes da nova abordagem de governança, que enfatiza a tomada de decisão coletiva a partir da pluralidade de visões, valores e aprendizado compartilhado que atuarão como força social de adaptabilidade, renovação e transformação para manejar sistemas socioecológicos complexos sob condições de incertezas (FOLKE et al. 2005; ARMITAGE et al. 2008; POPA et al. 2015). Tais aportes visam contribuir para o reconhecimento de que nem todos os riscos podem ser compreensivelmente avaliados, em que as incertezas estão presentes e as surpresas provavelmente devem ocorrer, posicionamento que contraria o modelo baseado na ampla certeza científica, na escolha racional e no comando-controle (KASPERSON, 2001).

Porém, para que um amplo processo colaborativo se desenvolva, canalizando as diversas forças sociais para um processo de aprendizagem e deliberações coletivas, além dos condicionantes básicos como a construção de confiança, a identificação de interesses comuns e a resolução de conflitos, é fundamental a criação de mecanismos institucionais flexíveis, que tenham certos níveis de autonomia e que condicionem efetivamente a ampla participação dos diversos atores, para estimular esses processos coletivos a fim de possibilitar a gestão de sistemas socioecológicos e de outras questões ambientais mais amplas (FOLKE et al. 2005). Conseqüentemente, a eficácia dessas instituições dependerá essencialmente das suas características e da natureza dos sistemas socioambientais onde elas interagem (KASPERSON, 2001).

É nesse sentido, através do caráter regionalizado, plural e aglutinador das forças sociais, que os aportes da governança de risco convergem com as potencialidades apresentadas pela política territorial experimentada no Brasil nas últimas décadas (DELGADO; LEITE, 2015; FAVARETO, 2015; LOTTA; FAVARETO, 2016). São essas potencialidades que ancoram o enfoque territorial como um espaço promotor de mecanismos de respostas aos riscos eminentes do processo de modernização da sociedade. Os mais de dez anos de execução da política territorial no Brasil evidenciaram a importância do seu caráter descentralizado, de participação de diversos atores territoriais e níveis da administração pública, e a integração de diversos saberes (LOTTA; FAVARETO, 2016), características fundamentais no planejamento de um sistema direcionado à governança de riscos, gestão de sistemas socioecológicos e outras questões ambientais (FOLKE et al. 2005; ARMITAGE et al. 2008).

Assim, é de fundamental importância que se incorpore as incertezas e os riscos atuais e futuros nas iniciativas governamentais, em especial em uma possível reconfiguração da abordagem territorial (FAVARETO; BERDEGUÉ, 2018). É preciso fazer com que os riscos adentrem nas agendas dos diversos territórios, pois as transformações que ocorrem no meio rural em função dos riscos associados à reflexividade da sociedade industrial, conforme evidenciado na análise empírica, e os efeitos secundários provocados pela sua amplificação social (KASPERSON et al. 1988; KASPERSON, 2001; RENN, 2008) possuem amplo potencial de transformação socioeconômica nesses territórios.

Portanto, há de se concordar inteiramente com a afirmação de que “o enfoque territorial é mais do que nunca uma necessidade, mas só levará aos resultados esperados se assumir conteúdos inteiramente novos” (FAVARETO; BERDEGUÉ, 2018, p. 18). Sugere-se que esses conteúdos poderão ser direcionados para a utilização dos espaços territoriais como arenas sociais para a amplificação social do risco e de construção de mecanismo de respostas institucionais (KASPERSON, et al. 1988; KASPERSON, 2001; RENN, 2008), um espaço integrador da subpolítica⁹ e dos sistemas peritos (GIDDENS, 2002), através do qual serão propostos meios de interpretação dos riscos, atuando como um espaço aglutinador das forças sociais para deliberações direcionadas à adaptação, resiliência ou à gestão dos sistemas socioecológicos complexos (FOLKE et al., 2005; ARMITAGE et al., 2008). É por meio dessas potencialidades que se poderá efetivamente construir um amplo e robusto espaço de governança para lidar com as ameaças e incertezas, com as quais provavelmente conviveremos pelas próximas décadas.

Considerações finais

⁹ A subpolítica para o autor, seria o espaço no qual os indivíduos alijados do sistema político formal, podem interferir de forma efetiva na política, a partir das questões reflexivas, “significa moldar a sociedade de baixo para cima” (BECK, 1995, p. 44).

O enfoque territorial apresenta um arcabouço teórico que possibilita romper com o viés setorializado dos estudos do desenvolvimento rural. Ao ser incorporada na percepção governamental e na estratégia de intervenção do Estado na construção e implementação de políticas públicas, diversas análises evidenciam como esse enfoque possibilitou lograr resultados que incidiram sobre problemas estruturais do campo brasileiro. Por outro lado, a literatura direcionada ao tema também indicou as limitações dessa política ao longo dos anos, principalmente por não conseguir abarcar novas temáticas que ocorrem no interior dos territórios, sendo necessária a sua reconfiguração em uma nova era de investimento em projetos de infraestrutura para o campo brasileiro.

Uma das pautas para tal releitura do enfoque territorial no Brasil seria a consideração pluralística dos riscos, incluindo a forma como são comunicados. A análise empírica evidenciou que no Território São Mateus/MG riscos são percebidos por alguns atores, em especial pelos agricultores familiares a partir da percepção das modificações dos seus meios de vida, e geram preocupações para as dinâmicas socioeconômicas locais, inclusive com a continuidade das atividades agropecuárias pelos jovens rurais. Os comportamentos individuais nesses casos são influenciados pela percepção de risco, e isso requer uma resposta institucional para seu enfretamento. Porém, as estratégias para incidir sobre esses riscos e que possam ser seguidas como modelos de governança ainda são muito tímidas no Brasil, principalmente pela urgência e efetividade exigidas. As existentes ocorrem de forma isolada, impossibilitando a aglutinação das forças territoriais para enfretamento dos riscos

Isso exige a institucionalização de um amplo e robusto sistema de governança de riscos, para o qual as particularidades da política territorial apresentam verossimilhança com os aportes teóricos apresentados na literatura. Essa governança será criada a partir de um processo de aprendizagem coletiva e de interpretação de riscos, em que as arenas sociais deverão se comportar como espaços de comunicação de risco e de construção de estratégias para lidar com eles. Nesse contexto, os fluxos e o conteúdo das informações transmitidas condicionarão a percepção e interpretação dos diversos atores, fazendo emergir consequências importantes para a análise de risco, inclusive na identificação do grau de perigo e intensidade que eles apresentam. Esse deve ser um caminho a ser percorrido por uma política que almeje se adequar às particularidades dos territórios. Para tanto, faz-se necessário promover a ampla e efetiva circulação de informações sobre essas novas questões territoriais.

Portanto, sugere-se que em uma retomada da política territorial, é extremamente necessária a incorporação da abordagem de risco nas dinâmicas dos territórios, por meio de incentivos dos órgãos gestores e de instituições robustas e interconectadas, que condicionem uma efetiva comunicação de risco e a construção de mecanismos de respostas. Em um novo círculo de financiamento e incentivo à política territorial, será fundamental criar mecanismos que assegurem à pluralidade de atores, meios de interpretação e de formulação de respostas aos riscos socioambientais contemporâneos que incidem sobre o rural brasileiro. Assim, a antecipação à catástrofe se tornará um caminho a ser perseguido, sendo esse um importante guia para os novos rumos da política territorial.

Por fim, é importante destacar que esta pesquisa apresentou como limite a exploração de documentos secundários. Portanto, enfatiza-se a necessidade de realizar novas pesquisas por meio da coleta de dados primários, com os atores em seus territórios, a fim de compreender a configuração de risco e suas consequências a partir da perspectiva dos atores em suas condições locais. Sugere-se que este seja um importante campo para se construir uma agenda de pesquisa sobre riscos no Brasil atual.

Referências

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. *In*: MANZANAL, M., NEIMAN, G.; LATTUADA, M. (ed.). **Desarrollo rural**: organizaciones, instituciones y territorios. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2006. p. 51-70.

ARMITAGE, D. R.; PLUMMER, R.; BERKES, F.; ARTHUR, R. I.; CHARLES, A. T.; DAVIDSON-HUNT, I. J.; DIDUCK, A. P.; DUBLEDAY, N. C.; JOHNSON, D. S.; MARSCHKE, M.; MCCONNEY, P.; PINKERTON, E. W.; WOLLENBERG, E. K. Adaptive co-management for social ecological complexity. *Frontiers in Ecology and the Environment*, v. 7, n. 2, p. 95-102, 2008.

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BECK, U. A reinvenção da Política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. *In*: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**. Unesp, 1995.
- BECK, U. **Sociedade de Risco**: rumo a uma outra modernidade. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010.
- CABLE, S. The Risk Society Revisited: Social Theory and Governance. **Contemporary Sociology**, v. 46, n. 4, p. 468-469, 2017.
- DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. O Pronat e o ptc: possibilidades, limites e desafios das políticas territoriais para o desenvolvimento rural. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. v. 1, p. 443-463.
- FAVARETO, A. Uma década de experimentações e o futuro das políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. v. 1, p. 261-278.
- FAVARETO, A.; BERDEGUÉ, J. Mudanças globais e locais – implicações para o futuro do enfoque territorial do desenvolvimento rural na América Latina. *In*: PERAFAN, M. E. V.; GRISA, C.; TARTARUGA, I.; RAMIREZ-MIRANDA, C. A. (org.). **Gestão e dinâmicas em desenvolvimento territorial**. Curitiba: Editora DRV, 2018. v. 1, p. 29-54.
- FOLKE, C.; HAHN, T.; OLSSON, P.; NORBERG, J. Adaptive governance of social-ecological systems. **Annu. Rev. Environ. Resour.**, v. 30, p. 441-473, 2005.
- GIDDENS, A. **A política da mudança climática**. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. *In*: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**. São Paulo, Unesp, 1995.
- GIDDENS, A. **As consequências da Modernidade**. São Paulo, Unesp, 2002.
- GIDDENS, A.; SUTTON, P. W. **Conceitos Essenciais da Sociologia**. São Paulo, Unesp, 2017.
- KASPERSON, R. E. Risk governance and the social amplification of risk: a commentary. *In*: U. Fra.Paleo (ed.). **Risk Governance: The Articulation of Hazard, Politics and Ecology**. New York-London: Springer, 2015, p. 485-488.
- KASPERSON, R. E. Environmental Change and State Response. **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**, p. 4592-4596, 2001.
- KASPERSON, R. E.; RENN, O.; SLOVIC, P.; BROWN, H. S.; EMEL, J.; GOBLE, R.; KASPERSON, J. X.; RATICK, S. The social amplification of risk: a conceptual framework. **Risk Analysis**, v. 8, n. 2, 1988, p. 177-187.
- LOTTA, G. S.; FAVARETO, A. Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 57, p. 49-65, 2016.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo, Atlas, 2011.
- MDA, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Orientações para constituição e funcionamento dos colegiados territoriais**, (2009). Disponível em:

http://portalsiget.net/ArchivosSIGET/herramientas/Archivos/352017_4DOCINSTSDTorientaci.pdf. Acesso em: 9 dez. 2018.

MDA, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Perfil Territorial, São Mateus –MG**, (2015). Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_150_S%C3%83%C2%A3o%20Mateus%20-%20MG.pdf. Acesso em: 9 dez. 2018.

POPA, F.; GUILLERMIN, M.; DEDEURWAERDERE, T. A pragmatist approach to transdisciplinarity in sustainability research: From complex systems theory to reflexive science. **Futures**, v. 65, p. 45-56, 2015.

RENN, O. Concepts of Risk: An Interdisciplinary Review. **GAIA**, v. 17, n. 2, p. 196 – 204, 2008.

VAN ASSELT, M. B.; RENN, O. Risk governance. **Journal of Risk Research**, v. 14, n. 4, 2011, p. 431-449.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.